

ANDRÉ MOURA – R.A. 8294
ANTÔNIO EDUARDO ISSA RODRIGUES – R.A. 7823
6º Semestre do Curso de História

Políticas Educacionais CEU

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FACCAMP - FACULDADE DE CAMPO LIMPO PAULISTA
CAMPO LIMPO PAULISTA – 2010

ANDRÉ MOURA – R.A. 8294
ANTÔNIO EDUARDO ISSA RODRIGUES – R.A. 7823
6º Semestre do Curso de História

Políticas Educacionais CEU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Campo Limpo Paulista, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof^ª. Me. Ellen Lucas Rozante.

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FACCAMP - FACULDADE DE CAMPO LIMPO PAULISTA
CAMPO LIMPO PAULISTA - 2010

Banca examinadora:

Prof^ª. Me. Ellen Lucas Rozante

Prof. Dr. Murilo Leal Neto

Campo Limpo Paulista, 15 de dezembro de 2010.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar o que é o CEU (Centro de Ensino Unificado), quais eram suas propostas para a construção de uma educação classificada de qualidade, analisando a viabilidade desta proposta, e se os objetivos traçados pelos seus idealizadores de ser um pólo de integração social com as comunidades em áreas desprovidas de acesso mais amplo a cultura formal, oferecendo instalações que possibilitem este acesso, como por exemplo, a teatros, práticas de esportes e atividades de lazer integrados a um plano pedagógico. No processo de construção deste trabalho foram analisados documentos bibliográficos e realizada uma informal pesquisa de campo, na unidade de Perus, que nos possibilitou chegarmos a algumas conclusões: averiguamos esta ser uma proposta que pode trazer a integração social e melhorias na área educacional, porém, não alcançou ainda a meta que se propôs, mas avaliamos que este é um projeto em construção e cabe a busca de um entendimento entre suas propostas iniciais e a vontade de colocá-las em prática.

Palavras-chave: integração social, CEU, educação classificada de qualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1.1 QUAIS SUAS PROPOSTAS?	8
2. A ESCOLHA DAS REGIÕES	12
2.1 CRITÉRIOS PARA IMPLANTAÇÃO	12
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
3.2 O PROJETO ARQUITETÔNICO	15
4. A VIABILIDADE DO PROJETO	18
4.1 O CEU COMO PROPOSTA VIÁVEL	18
4.2 DIRETRIZES	21
4.3 O CEU E SEUS RESULTADOS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
BIBLIOGRAFIA	34

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é concentrada na área das políticas educacionais, tem a intenção de analisar as Unidades de Ensino Unificado (CEU), projeto desenvolvido na gestão da prefeita Marta Suplicy, durante os anos de 2001 a 2004 e posteriormente continuados nas próximas gestões.

A educação sempre é colocada como uma das prioridades da sociedade, para que a população possa alcançar um desenvolvimento social classificado como “satisfatório” e mais justo. Uma pergunta a ser feita é se o modelo que temos atende as necessidades da sociedade.

A qualidade na educação pública é uma bandeira levantada por todos os setores da sociedade, e às vezes é idealizada utopicamente como motriz de transformações sociais, ou por outro lado, é analisada de modo pessimista, afirmando esta não ser capaz de gerar mudanças significativas.

Mas “o que é educação de qualidade?”, que gera tantas problemáticas e sempre está pautada como uma das prioridades para o desenvolvimento social do nosso País.

De forma geral os governantes sempre trazem consigo o discurso de que irão melhorar a educação, sendo assim, surge outra pergunta, “de que modo isto será feito?”.

Na escola adquirimos conhecimentos básicos e, através dela é transmitido o conhecimento formal acadêmico acumulado da sociedade a qual pertencemos, onde é perpetuada uma parte da nossa herança cultural.

A sociedade é mutável e está em constante transformação. Ela é uma consequência direta de como se organiza e de quais são seus interesses e propósitos. É coletiva apesar do individualismo dos que a compõe, sendo assim concluímos que a escola deve estar apta a acompanhar essas mudanças.

Os problemas de uma sociedade certamente não são resolvidos apenas através da educação, mas ela pode vir a trazer condições para solução de alguns desses problemas. Como a sociedade é múltipla e dinâmica e sofre diversos tipos de influências, como por exemplo, costumes regionais. Não deve haver um modelo único de educação a ser considerado, mas pode haver experiências a ser transmitidas e adaptadas.

Alguns problemas enfrentados pela sociedade são reflexos diretos do ambiente escolar, sendo o seu oposto também verdadeiro. Uma questão é se podemos ter uma educação de qualidade e geradora de mudanças sociais e o que pode ser feito neste sentido.

A proposta de analisar a política educacional dos CEUs, busca um entendimento do que de fato são essas unidades, quais seus propósitos e o que gerou de benefício para a comunidade onde estão localizadas, se foram mantidas suas propostas ao longo dos anos, e se alcançaram os objetivos iniciais de serem locais de integração social.

Consideramos esta análise importante por ser uma proposta, com a intenção de trazer qualidade de ensino, cultura formal e desenvolvimento para a sociedade. Com nossa pesquisa pretendemos demonstrar se é possível à educação gerar transformações sociais e quais possíveis caminhos para chegarmos a este entendimento.

O trabalho apresentado tem sua pesquisa embasada, na leitura e interpretação de diversos tipos de material a respeito do tema, como livros dos envolvidos diretamente, na implantação e desenvolvimento das unidades, e documentos da Secretaria Municipal de Ensino (SME) da Secretaria de Orientação Técnica (DOT) sendo estes, os caderno Educação 3 e 4.

Pesquisamos também materiais de estudos desenvolvidos por institutos de consultoria educacional, teses e dissertações a respeito do objeto de estudo, matérias de jornais, livros, revistas e artigos desenvolvidos, também realizamos, uma informal pesquisa de campo na unidade de Perus.

Esta Pesquisa de campo por ser, de pequeno porte, por tratar-se de um (TCC), não foi possível ser realizada em outras unidades da rede, nessa pesquisa foram feitas visitas, e coletadas informações com funcionários da unidade e moradores da região através de conversas informais, onde seguimos um roteiro de questões a serem levantadas, porém não sendo essas apresentadas em forma de questionário a ser respondido.

Portanto os objetivos centrais dessa pesquisa são:

Analisar se a proposta apresentada para a educação, com a construção dos CEUs, que consistia em ser uma escola de integração com a sociedade nos princípios de escola cidadã, era realmente uma conquista na área da educação de qualidade, aliando diversas ações culturais em um único pólo.

Observar se a população teve acesso de forma plena a este pólo, se houve interação com as propostas da unidade, e analisar se os objetivos iniciais das propostas dos CEUs foram plenamente alcançadas.

Através desta análise apresentar os resultados e conclusões que foram alcançados através do trabalho com os materiais pesquisados, procurando de forma analítica desenvolver uma seqüência de capítulos sendo esses distribuídos em quatro.

Partindo da pergunta síntese: O que é o CEU? No primeiro capítulo iremos expor, quais suas proposta, no segundo capítulo, será analisado como foi o critério de escolha das regiões, para a implantação das unidades, no terceiro capítulo, será analisado, como é formada a estrutura organizacional das unidades, e no último capítulo é referente a viabilidade do projeto como proposta para a educação.

1. O QUE É O CEU?

1.1 QUAIS SUAS PROPOSTAS?

Ao longo da pesquisa uma questão recorrente apresentada era: O que é o CEU (Centro Educacional Unificado). Uma definição possível, é que são unidades que buscam integrar elementos de diversos setores municipais em um único pólo, tendo como principal foco a interação social dentro de uma unidade de ensino.

Esta possivelmente é uma definição generalizada para a compreensão do CEU. Sintetizar a definição de forma concisa em um único parágrafo não representaria de fato a compreensão ampla da proposta original do projeto.

O CEU foi criado oficialmente através do decreto n. 42.832, de 6 de fevereiro de 2003. As primeiras unidades foram idealizadas e construídas durante a gestão da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, entre os anos de 2001 a 2004.

Sua proposta consistia em inserir a escola de forma mais ativa e presente na comunidade, agregando outros elementos sociais e disponibilizando a esta população suas estruturas, procurando atingir uma educação cidadã. A primeira unidade foi entregue em junho de 2003 (Fasano, 2006)

Edson Fasano (2006) destaca também que as unidades educacionais tiveram o esboço de seu projeto iniciado em 2001, com a política desenvolvida durante o início da gestão da prefeita Marta Suplicy. A nova proposta educacional confrontava a adotada como referência pela antiga.

A antiga gestão adotava um modelo tido como mercadológico, onde defendia outros interesses, tendo a educação como mercadoria em um sistema planejado no conceito de eficiência e competitividade, porém, tal modelo acaba por não considerar de forma adequada o mais importante da relação, que são as pessoas que compõem a comunidade e o ambiente escolar.

O CEU trazia a proposta de ser um irradiador cultural, tendo atividades diversas, entre elas, atividades teatrais e outros elementos que não faziam parte da realidade cotidiana do entorno das unidades, como as piscinas ou as quadras de atividades esportivas. Ele seria um pólo de excelência educacional, fazendo intercâmbio de atividades extracurriculares com

outras escolas da rede, conforme artigo da ex-secretária de educação Maria Aparecia Perez (2007)

Conforme a ex-secretária, em seu programa de governo a prefeita expressou essas diretrizes que pretendia colocar em prática. Neste documento pode se ler a defesa do resgate de uma política educacional firmando compromissos, como por exemplo, “o direito a uma educação de qualidade para todos”, pretendendo resgatar o papel transformador da escola e sua potencialidade de promover o desenvolvimento humano, construindo um cidadão atuante, criativo e crítico.

Também é expressa a intenção de democratização do acesso e permanência do aluno na escola pública, construção da qualidade social da educação e democratização da gestão.

Por qualidade social da gestão, pode-se concluir que se compreendia a adoção de uma política social voltada para a população, destacando princípios como solidariedade e cidadania, reorganização curricular e valorização profissional do educador. Tal proposta procurou ser materializada com a construção efetiva dos centros

O projeto CEU procurava atender três componentes específicos sendo eles:

- I. Desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes, dos jovens e adultos. educação de qualidade, formal e não formal. Atividades sócio-culturais, esportivas e recreativas como formas de aprendizagem e demais ações que gerem inclusão social.
- II. Ser um pólo de desenvolvimento da comunidade propondo uma gestão compartilhada com a comunidade local organizando e articulando programas sociais e ações de interesse da comunidade local, promovendo integração entre experiências culturais e de lazer da população.
- III. Ser um pólo de inovação de experiências educacionais, permitindo que o CEU atue como centro de referência estendendo o conhecimento adquirido para as demais escolas da região, incluindo em sua área de influência não só os alunos da unidade, mas toda a família e a comunidade de forma geral. (PMSP-SME Educação4 p.s/n,2003)

O projeto demonstra a intenção de fortalecer a escola pública alinhada com a sociedade. Seus idealizadores, a prefeita Marta Suplicy e membros da secretaria de educação buscaram outros modelos para seguir como ponto de referência:

A idéia central do projeto é aproveitar o conceito de “praça de equipamentos” das periferias, ponto de encontro da comunidade local. Um conceito similar – de Escola Parque – que foi idealizado na década de 50, pelo educador Anísio Teixeira. Existe, ainda hoje, uma única escola do gênero em atividade na Bahia, denominado Centro

Educacional Carneiro Ribeiro, inaugurado em 1950 no bairro popular da liberdade, em Salvador.

A partir desta “inspiração”, que veio ao encontro e fortaleceu a proposta político social de uma administração pública e popular, surgiu o CEU – Centro Educacional Unificado, cujo objetivo central é o de contribuir com uma formação rica em termos de recursos educativos e culturais, que esteja integrada com a realidade da comunidade e direcionada a toda família. É uma escola que visa formar cidadãos. (PMSP/SME. Educação4 , p.s/n, 2003)

Uma das responsáveis pela elaboração do projeto, principalmente no que se referia a parte educacional em si, foi a já citada, Maria Aparecida Perez, socióloga, com especialização em administração pública, atuando como secretária de educação de São Paulo de 2001 a 2004.

O artigo ¹de avaliação de satisfação dos usuários de 2004, trás a informação de que o CEU foi moldado através de um intercâmbio de vários setores da administração pública entre diversas secretarias, como cultura, educação e esportes.

A implementação também contou com outras instituições fora do sistema público municipal, como o Instituto Paulo Freire (IPF), o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CEMPEC) e a Fundação Instituto de Administração da USP (FIA).

Segundo pesquisa realizada pela “consultoria em educação idéias” ², inspiração do projeto vem de outras experiências colocadas em prática na história da educação brasileira, como a escola Parque, de Anísio Teixeira, projeto da década de 50 implantado na Bahia, que visava atender populações de áreas periféricas, levando propostas pedagógicas inovadoras.

A experiência adotada no Rio de Janeiro com os CIEPs (Centros de Educação Publicas) de Darcy Ribeiro, projeto da década de 80, também foi considerada e usada como referência. E também os escritos do educador Paulo Freire que almeja uma escola cidadã e tem sua obra pautada neste contexto.

outra lembrança foi uma afirmação do Prof. Paulo Freire, em que ele dizia que a escola cidadã: (...) é aquela que, brigando para ser ela mesma, luta para que seus educadores e educandos também sejam eles mesmos, é também um espaço de

¹ Artigo: “Avaliação dos Centros Educacionais Unificados a partir de seus Usuários Atuais e Potenciais.” Desenvolvida pela Fundação Instituto de Administração (Entidade conveniada a Faculdade de Economia, Contabilidade de Administração da USP) para a Secretaria Municipal de Educação.”

² Idéias consultoria em educação. Atendendo a uma solicitação da fundação Tide Setúbal, no período de março/abril de 2008. Realizado nos CEUs localizados na região de São Miguel Paulista

muito conflito. Ninguém pode ser só, é uma escola de muito companheirismo, com construção comum do saber e com liberdade (Paulo Freire, entrevista realizada em 1997, fragmento do vídeo Orçamento participativo/SME e IPF,2004). (Perez. Aparecida, p. 130, 2007)

Essas experiências que visavam atender princípios parecidos com os do CEU, de ser uma unidade de ensino com forte referência para a sociedade local, interagindo através de outras ações sociais, além da educação formal, foram suas referências, como podemos constatar na pesquisa realizada pela consultoria.

Pelo que podemos pesquisar essa experiência no Rio não alcançou êxito de sua proposta, segundo artigo do Prof. Moacir Gadotti (2004) p.1 ³ os Brizolões como eram chamados, enfrentaram muitas críticas, dentre elas a do elevado custo de construção e manutenção e baixo desenvolvimento educacional, ficando com as mesmas taxas das demais escolas da rede, críticas estas, que como veremos posteriormente foram feitas também aos CEUS.

³ Doutor em Ciências da Educação pela universidade de Genebra. Professor titular da universidade de São Paulo, Diretor do Instituto Paulo Freire e autor de diversas obras na área da educação. Artigo de referencia Educação com qualidade social Projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados(CEUs)

2. A ESCOLHA DAS REGIÕES

2.1 CRITÉRIOS PARA IMPLANTAÇÃO

Maria Aparecida em seu artigo(2007), afirma que o projeto CEU foi concebido, avaliando vários dados indicativos sociais, como os mapas das regiões de inclusão e exclusão sociais da cidade de São Paulo - 2000 e outros dispositivos e pesquisas correlacionadas, procurando indicadores diferentes dos de evasão escolar e taxa de criminalidade, que são os tradicionais.

Afirma também que as unidades foram previstas para ser implantadas nas regiões periféricas da cidade e conseqüentemente as menos providas de atividades sócio-culturais, com grande concentração populacional e altos índices de exclusão social.

Moacir Gadotti (2004)em artigo apresenta o dado que, escolha das regiões e terrenos para a construção foi feita através de trabalho de campo, desenvolvido pela assessoria técnica e de planejamento da secretaria de educação. O setor de edificações e os demais setores envolvidos neste tipo de empreitada realizaram um trabalho que gerou um banco de dados com 260 áreas possíveis de implantação de unidades de ensino,

As construções seguiram normas que estavam de acordo com as legislações e com o que a gestão se propunha.

A escolha dos terrenos foi precedida por intensa pesquisa de campo, como podemos constatar no depoimento, abaixo transcrito, feito na época por Elizabeth Avelino, Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

A (difícil) ESCOLHA DOS TERRENOS

Há uma demanda crescente de equipamentos sociais na cidade de São Paulo, especialmente nas regiões da periferia da cidade onde vive a população mais pobre, onde há uma enorme carência de creches, escolas centros culturais e comunitários teatros, postos de saúde, telecentros, etc.

Por outro lado, há uma enorme escassez de terrenos municipais livres para a construção de equipamentos sociais nestas regiões. Outro problema é o fato de que em muitas regiões da cidade os terrenos são muito acidentados, e a implantação de projetos padrão envolve altos custos de terraplanagem.

Os projetos para os CEUs deverão respeitar os aspectos ambientais envolvidos nesse tipo de ocupação urbana, além de respeitar a topografia e a geografia dos terrenos disponíveis. O poder público municipal deve criar exemplos de edifícios que envolvam o respeito à natureza e representem a marca de uma gestão que se preocupa com as questões sociais da cidade. (Gadotti, 2004, p. 4.)

Na transcrição da entrevista podemos analisar que não foi feita uma escolha aleatória das regiões e terrenos para construção das unidades. Foram analisados diversos pontos técnicos e pontos sociais como os já mencionados, procurando chegar juntamente com o poder público em regiões defasadas de serviços de qualidade e carentes socialmente.

O poder público, através da prefeitura, buscou chegar a regiões periféricas e construir outra forma de contato com esta população, geralmente muito carente e que presenciam ou têm contato apenas com o setor repressivo do estado e conta com serviços de baixa qualidade por parte deste. Criando uma situação de desarmonia entre estado e sociedade.

Ao analisarmos documentos da prefeitura, principalmente o caderno de orientação Educação4 verificamos, que durante este período, é possível notar um empenho em chegar a essas comunidades e colocar em prática esses conceitos de educação cidadã, interagindo com a sociedade.

Ao propor uma educação pública de qualidade para todos, a SME se ampara em princípios políticos que constituem suporte teórico e conceitual revelador da opção escolhida. Partindo das experiências de administração popular já vividas, referendamos os princípios da descentralização, da participação e da autonomia e a eles são agregados os princípios da inclusão, da humanização e da cidadania ativa. (PMSP, SME Educação4, 2003)

As propostas eram ambiciosas em seu conteúdo e focavam fortalecer o ensino público na cidade de São Paulo. Houve críticas por parte dos outros elementos que compõem a Sociedade, como jornalista, educadores, políticos. A principal delas seria a grande destinação de verbas para a Secretaria de Educação (Neste período, foram destinados 31 % do orçamento para o setor).

Aprovar esses gastos para a educação, vencer vereadores até do PT, que eram contra, foi uma provação. Eram contra os uniformes, contra o Kit de material escolar, e principalmente, contra gastar recursos da educação para construir os CEUs. A legislação não permitia utilizar dinheiro do orçamento da educação em aquisições como piscinas e centros culturais. Para conseguir a aprovação, aumentamos a parcela do setor de 30 para 31% do orçamento, mudança que permitiria ampliar a gama de gastos. (Suplicy, 2008 p.48)

Eles foram desenvolvidos para ser mais do que escolas. Sua proposta era para serem um articulador de políticas e ações sociais, de diversas áreas do poder público, sendo um lugar de intercâmbio entre estas. Este era um dos argumentos para defender a destinação expressiva de uma parte do orçamento municipal.

3. A ESTRUTURA

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional procurava manter uma articulação entre os componentes de seus núcleos, que foi constituída, conforme a Ideias consultoria em educação da seguinte forma:

- Núcleo Educacional
- Núcleo de Ação Cultural
- Núcleo de Esportes e Lazer
- Centro de Educação Infantil (CEI)
- Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)
- Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)
- Telecentro
- Padaria-Escola

Onde os núcleos são autônomos e pertencem a diferentes secretarias dos órgãos municipais, porém, interagindo dentro da unidade, e buscavam uma interação entre a unidade e o público interno e externo que eram constituídos por alunos e moradores da região onde se encontravam.

Mostra também que, cada núcleo contava com um coordenador geral e três coordenadores de projeto, os núcleos de cultura e esporte eram vinculados as suas respectivas secretarias, e os de ação educacional integravam a secretaria de educação.

Os Telecentros eram unidades autônomas subordinados tecnicamente a secretaria de comunicação social e ao conselho gestor. As Unidades Escolares atendiam à comunidade, oferecendo da creche ao ensino fundamental, seguindo os regimentos das demais escolas da rede de ensino. A Padaria deveria oferecer cursos profissionalizantes na área de panificação.

O CEU era administrado por um gestor escolhido através de uma eleição com mandato de dois anos, que contava com três candidatos. Eleição esta que era coordenada pela SME, e seguia orientações dentro dos moldes estabelecidos pelas assembleias constituídas na unidade. Os candidatos eram pessoas que já faziam parte da rede de ensino e recebiam capacitação na Fundação Instituto de Administração (FIA) USP.

As unidades deveriam também formar um conselho gestor, integrado por:

- Funcionários de cada unidade;
- Usuários da unidade pertencente à comunidade;
- Representantes de organizações não governamentais, dentro da área de abrangência da unidade.

Elegendo um presidente, este conselho deveria contar com 39 membros.

3.2 O PROJETO ARQUITETÔNICO

Conforme, Moacir GAdotti (2004) O projeto arquitetônico, foi desenvolvido pela EDIF, (Departamento de Edificações da Prefeitura) desenvolvido pelo arquiteto Alexandre⁴ Delijaicov e sua equipe.

Um projeto de grande impacto, principalmente por trazer a regiões periféricas uma obra com a proposta que o projeto CEU estava apresentando.

⁴Alexandre Delijaicov: possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (1985), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é arquiteto do Departamento de Edificações da Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo e professor doutor ms-3 do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação, atuando principalmente nos seguintes temas: projeto de arquitetura de edifícios públicos, praças de equipamentos sociais, centros de estruturação urbana, CEUs, projeto de arquitetura de cidades fluviais, canais navegáveis, parques e portos fluviais urbanos, conjuntos de equipamentos públicos e ciclovias na orla fluvial urbana



(Perez, 2007)

Cada unidade contava com uma área construída de 13 mil metros quadrados, compondo três edifícios distintos e foram feitas procurando adequar suas instalações aos seus usuários, propondo um melhor aproveitamento do espaço físico e a interação interna da unidade, estes são dados mostrados pela consultoria em educação Idéias (2008) que segue a descrição dos CEUs e sua divisão em blocos. Baseados neste estudo organizamos sua descrição da seguinte forma:

O bloco didático possui três andares onde foram instaladas as EMEI e EMEF, a biblioteca, o telecentro, a padaria e os setores para funcionamento deste bloco, como a sala dos professores, administração, secretaria, refeitório, laboratórios de estudos e pátios. Neste bloco é desenvolvida a parte propriamente educacional formal como as demais escolas da rede.

O bloco cultural conta com cinco andares, onde foram instaladas as salas de teatro, os ateliês de arte, a sala de dança, os estúdios e a quadra coberta, contando ainda como o núcleo administrativo e gestor. Neste bloco são desenvolvidas as atividades culturais, onde se busca a interação com a comunidade, além dos alunos da unidade.

O prédio redondo foi elaborado para abrigar o Centro de Educação Infantil (CEI). Este prédio circular conta com um saguão e salas modulares, buscando uma interação e intercâmbio entre as salas de ensino. Esta unidade conta com mobiliário próprio desenvolvido com a colaboração dos educadores da rede.

Cada unidade também conta, com piscinas, parque infantil, e pista de skate. Algumas oferecem também quadras poli esportivas e de futebol, como a unidade de Perus, onde realizamos nossa pesquisa de campo e verificamos estes dados.

Inicialmente os CEUs funcionavam durante todos os dias da semana, das 06h30min até as 23h00min, aos sábados funcionavam conforme a programação das atividades, no domingo fechava as 19h00min. A comunidade usava suas instalações para diversas finalidades, como caminhadas e aulas de hidroginástica.

De acordo como coordenador do projeto, arquiteto Alexandre Delijaicov: foi pensado e projetado para ser um Centro de Equipamentos Urbanos (CEU) radiador de urbanidade, para mudar a condição da periferia e incluí-la no circuito cultural e educativo de São Paulo, ainda restrito as áreas centrais da cidade. Respeitando e potencializando a dinâmica dos caminhos e a configuração urbana das comunidades de seu entorno, o CEU se implanta como um ponto de referência e encontro para elas. (Grosbaum, e Carvalho. 2008, p.s/n)

O arquiteto Alexandre Delijaicov, buscou no projeto arquitetônico colocar em prática e edificar as propostas levantadas pelos coordenadores do projeto, principalmente o anseio da secretaria de ensino, que pautava muito de seus documentos na pretensão de construir a escola cidadã, e o prédio é também um dos elementos desta iniciativa, e tem que estar em sintonia com a proposta de interação escola-sociedade.



CEU Perus (newperus.blogspot.com/2010_05_01_archive.html)

4. A VIABILIDADE DO PROJETO

4.1 O CEU COMO PROPOSTA VIÁVEL

Uma das críticas recorrentes durante a construção do CEU era se realmente seria uma proposta viável, pelo alto custo de construção e manutenção das unidades. O custo de construção de cada unidade na época era em torno de 16 milhões de reais, e com custo de funcionamento e manutenção de 481 mil reais mensais. Abaixo estão dados referentes ao ano de 2004.

Pessoal	222.000
Manutenção predial e limpeza	135.000
Serviços de vigilância	33.000
Outros serviços (locação de maquinas e outros)	9.050
Consumo de água, energia elétrica e telefone	10.000
Merenda	65.000
Material de consumo	7.000
Total	481.050

Fonte: Gadotti, 2004

Opiniões contrárias a sua construção, levantavam a prerrogativa de que com a construção das 21 unidades não seria possível zerar o déficit educacional, porém, se o valor destas unidades fosse aplicado em escolas convencionais seria possível zerar este índice. E que sua manutenção seria muito onerosa para os cofres públicos. Essas questões eram levantadas por diversos setores da sociedade.

A cidade de São Paulo tinha até 2003 um déficit na rede pública municipal de 187 mil vagas para crianças de zero a seis anos. Em vez de enfrentar o problema de frente e acabar com essa demanda, a prefeitura preferiu usar a educação como trampolim político-eleitoral, criando os CEUs, que são muito mais caros e têm altíssimo custo de manutenção. Assim, jogou uma verba de R\$ 334 milhões na construção de 21 desses escolões, que vão resultar na abertura de cerca de 50 mil vagas. Entretanto, estudo feito pelo gabinete do vereador Ricardo Montoro (PSDB) mostra que essa mesma verba já seria suficiente para construir 390 escolas-padrão, criando 187 mil vagas e zerando o déficit escolar. (tucano-sp, 2003)

Desta forma, não foram poucas as críticas oriundas do meio acadêmico. Em entrevista para a Revista Primeira Leitura, em setembro de 2003, o Prof. Vitor Paro afirma que “o escolão é Carandiru de luxo” na medida em que “pelo menos, no caso dos CIEPs, existia um projeto pedagógico e aqui nem isso há”. Para o professor, “o CIEP não deu certo porque foi um projeto faraônico concebido para ganhar eleição, assim como o CEU” e o mais importante seria “uma boa definição pedagógica e se a secretaria criasse um núcleo de pesquisas didática para toda a rede teria sido mais útil do que construir todas essas escolas.” (Pacheco , ,2009)

Questões como as citadas acima foram recorrentes na época da construção das unidades e ainda são levantadas por muitos, em diversas aéreas e em projetos de pesquisas, como podemos constatar durante o levantamento de dados do trabalho desenvolvido.

Neste sentido constatamos que existem várias linhas de defesa para as questões levantadas, principalmente por parte dos envolvidos diretamente no projeto, como, Maria Aparecida, ex secretária de educação, a ex prefeita Marta Suplicy, e teses como a de Edson Fasano, são pautadas em uma linha geral que considera que os CEUs não são apenas unidades escolares.

O Prof. Moacir Gadotti, defende que “Qualidade tem custo. Um equipamento de maior qualidade custa mais do que um de menor qualidade”, (2004 p. 9)

Ele trás a questão da qualidade ter um preço e mantêm a linha de defesa acrescentando que “Alguns críticos dos CEUs argumentam que o custo deles é muito alto se comparado a outras escolas. Na verdade, não se pode compará-los a outras escolas” (Gadotti, 2004, p.9)

Ele não considera o CEU como, um escolão “os CEUs, além das escolas, incorporam outros equipamentos e serviços da cultura, do esporte, do lazer e da assistência social” (Gadotti, 2004, p.9)

E, faz uma comparação entre as demais escolas da rede. “Se formos medir os custos das escolas dos CEUs pelo número de atendimento ao público, seu custo acaba sendo menor do que o das demais escolas da rede” (Gadotti, 2004, p9)

Estudos demonstram que relação custo qualidade é um conceito muito discutível, e um não está associado diretamente ao outro de forma definitiva, e como podemos ver na questão da educação, este conceito gera um atrito de diretrizes para os projetos educacionais.

A diretriz do projeto CEU trazia uma proposta espelhada em conceitos, além dos tradicionais como já mencionado no desenvolvimento do trabalho, sua proposta integradora de ações sociais certamente elevava os números do custo aluno por vaga, quando comparado a uma vaga em escola tradicional. A questão a ser considerada é se realmente havia uma melhora no aprendizado do aluno, ou seja, se o objetivo foi alcançado.

Em um artigo a ex-secretária de educação, Maria Aparecida Perez, faz uma referência ao CEU onde relata a tentativa de construção de qualidade na educação e sua experiência na unidade.

O CEU significou para nós um espaço privilegiado, onde pudemos testar idéias, comprovar práticas, aprender a escutar, a olhar detalhes e dialogar com os diversos setores da sociedade paulistana no caminho da construção da qualidade social da educação. (Perez, 2007, p.136,).

4.2 DIRETRIZES

O modelo do CEU é moldado para ser administrado por um a gestão democrática. Este modelo é defendido em obras de autores como Paulo Freire, que acreditava que esta seria uma forma de estabelecer uma educação de qualidade e promotora de mudanças.

Um desafio colocado pelo modelo era de integrar as diferentes secretarias, em um único espaço, e fazer que houvesse uma real interação e entendimento entre esses diferentes órgãos da administração.

Este conceito de gestão democrático seria fundamental para a eficiência e realização do projeto, que buscava um alinhamento entre estado e sociedade na busca de um resultado que seria a efetiva concretização da proposta apresentada de unidade de ensino cidadã.

Um dos pontos de fundamental importância era conseguir a participação da comunidade e dos gestores e também dos profissionais educadores. Esta participação viria segundo documentos de diretrizes, através da capacitação dos envolvidos.

A Democratização da Gestão tem, para nós, pelo menos dois significados fundamentais, conforme afirmamos na Educação 1. O primeiro é contribuir para a realização da qualidade social da educação e permitir que a escola e o conjunto do sistema sejam acompanhados efetivamente, no âmbito da competência de cada unidade ou instância, por coletivos representativos que aperfeiçoem as práticas democráticas na cidade.

Um outro aspecto da democratização da gestão se refere ao direito saudável de que a sociedade participe da construção e do acompanhamento da política educacional como forma de aperfeiçoamento da educação e do exercício da cidadania. (PMSP, SME, Educação4, 2003).

Os envolvidos direta ou indiretamente deveriam ser capacitados para atuar e fazer funcionar a unidade. Este seria um dos elementos transformadores da proposta, mudando a relação autoritária e burocrática para uma relação participativa descentralizando o poder administrativo.

A qualidade social que vem sendo construída pela administração e pelas unidades educacionais municipais compreende dois movimentos articulados: por um lado, propõem-se o amplo debate envolvendo a comunidade educacional e a sociedade civil nas diferentes localidades da cidade; por outro, a ênfase na formação permanente dos educadores. (PMSP, SME, Educação, 2003).

Observa-se uma preocupação no sentido de manter a relação, Estado Sociedade Educador. Formação e capacitação para êxito do projeto, sem este entendimento a proposta dificilmente seria alcançada segundo os documentos analisados.

A comunidade deveria estar capacitada e apta para agir de forma a deliberar e garantir que seus interesses fossem mantidos, no que diz respeito ao uso das instalações, tendo voz ativa nas decisões, e não ao contrário de modo que fosse imposto a comunidade local o que ela faria como as instalações.

Sem mecanismos que garantissem esta participação, as gestões das unidades se tornariam modelos gerenciais, que tomariam decisões de forma vertical, impondo os preceitos pré-estabelecidos para o funcionamento e uso dos equipamentos construídos.

Para o Prof. Moacir Gadotti “Se a finalidade é oferecer educação, arte, cultura, esporte e lazer”(…)“Então os recursos físicos, humanos e financeiros constituem os meios e estes devem estar em função daqueles”.(2004 p.11)

Sendo assim, segundo Gadotti (2004), pode se concluir que deve haver um empenho, dando aporte material e intelectual para se atingir a finalidade de oferecer à sociedade local uma riqueza cultural que fique além dos gastos financeiros, pois estes seriam supridos e justificados pelo desenvolvimento que levaria à comunidade.

O poder político segundo as diretrizes do CEU, deveria agir como condicionante para exercer a busca da legitimação do poder social. Neste intercâmbio seria construída a democracia cidadã de fato, tendo a unidade unificada como ponto de confluência garantindo a população o exercício da cidadania, através da gestão democrática.

Esta gestão democrática seria garantida através da organização do poder proposta para o CEU, onde as decisões seriam coletivas, através dos mecanismos desenvolvidos para este fim, como os conselhos gestores e as assembleias gerais.

A descontinuidade das propostas por parte do poder público pode ser percebida através do levantamento de material para a pesquisa, como fator de sucesso ou não do projeto. Uma mudança de prioridade das diretrizes desvirtuaria o projeto.

Paulo Freire combate a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política. Combate igualmente a concepção oposta, o pessimismo sociológico que consiste em dizer que a educação reproduz mecanicamente a sociedade. Neste terreno em que ele analisa as possibilidades e as limitações da educação, nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista. Acrescente, porém que embora ele não separe o ato pedagógico do ato político, nem tampouco ele os confunde. Evitando querelas políticas, ele tenta aprofundar e compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão.” (Freire, 2001, p.10)

Paulo Freire traz a ideia de equilíbrio entre educação, política e mudança social. Estudos demonstram que para o projeto CEU seguir com o propósito estabelecido, este equilíbrio deveria ser alcançado, e ter continuidade independente do poder político em questão, superando também uma pedagogia apenas utópica.

As Unidades, para se consolidarem, precisariam de tempo para amadurecer a proposta e efetivamente surtir efeitos duradouros. Esta continuidade, poderia ser atingida, segundo relatórios da instituição, através da consolidação das assembleias gerais e dos conselhos gestores, que buscariam dar uma autonomia à unidade para que assumissem a auto gestão.

Para o Prof. Moacir Gadotti (2004, p.19) “os CEUs são um projeto inovador”(…) Por tudo isso pensamos que chamar os CEUs de escolões, como a imprensa de São Paulo costuma fazer (…) distorce propositadamente o que são os Centros de Ensino Unificado.”

O principal investimento da prefeitura no setor neste ano foram os CEUs (Centro Educacionais Unificados) Os primeiros escolões, como são chamados, começaram a ser entregues em setembro” (GOIS,2003)

Marta inaugura escolão francês: A prefeita Marta Suplicy inaugurou o nono CEU (Centro de Educação Unificado) Meninos, no Sacomã, zona Sul de São Paulo. A escola é conhecida como o CEU “francês”, em razão de uma parceria com o governo da França (Jornal Folha de São Paulo 29/10/2003)

A ideia de pólo de irradiação de cultura e integração social, dependia desta concepção de que como já foi citado o CEU não seria um escolão, um grande desafio para a continuidade do projeto seria esta questão a de não assim idealizá-lo.

4.3 O CEU E SEUS RESULTADOS

Estudos mostram resultados e expectativas de algumas propostas do projeto, e como estas propostas alcançaram êxito ou não. Alguns se referem ao período da gestão idealizadora do projeto e outros ao período após a mudança de gestão da prefeitura.

O artigo elaborado após pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários, feita um ano depois do funcionamento das unidades, alguns números foram apresentados e questões levantadas. Neste momento 17 unidades do CEU estavam em operação.

A pesquisa chegou a algumas conclusões, sendo a principal, a satisfação dos usuários que era de 75%. O estudo chegou ao entendimento de que estavam sendo atendidas as expectativas da população, e identificou pontos de não satisfação, como o aprimoramento do serviço de biblioteca e segurança.

Neste período a unidade estava em construção não física mais de adequação dos gestores, educadores, alunos e usuários de forma geral ao novo equipamento de ensino, sendo assim avaliações a respeito de qualidade surtiriam efeitos superficiais.

O estudo feito pela consultoria Idéias em 2008, mostrou alguns resultados após cinco anos da implantação do CEU e pontuou objetivos traçados na época da construção, como foram trabalhados até a data do estudo.

No início do trabalho foi descrito quais eram as propostas iniciais do CEU e seus objetivos, dando destaque à síntese de que era um projeto de integração educacional e inclusão social e transcrevia a estrutura organizacional e arquitetônica das unidades.

São apresentados os seguintes dados:

- I. Em análise dos documentos a pesquisa observou que os últimos documentos oficiais sobre as unidades eram datados de 2006 não havendo outras alterações até a data da pesquisa em 2008.
- II. Foram alterados alguns dos objetivos em relação ao original “se tornando menos ambiciosos: não propõem o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos e tampouco a promoção do protagonismo infanto-juvenil”.

- III. No que se refere à estrutura gestora, foi apontado que se segue basicamente a mesma, porém trás o dado que na época era destacado como uma das condicionantes de sucesso, que seria a interação de diversas secretarias, alterado “Agora são todos do quadro de pessoal da Educação. Anteriormente se vinculavam a três Secretarias distintas (Educação, Cultura e Esporte)”.
- IV. A gestão da unidade também sofreu mudanças, o gestor passou a ser indicado diretamente pela secretaria de educação, antes ele era escolhido após uma eleição com três candidatos escolhidos pelo conselho gestor.
- V. A proposta arquitetônica sofreu algumas intervenções com o objetivo, segundo o estudo, de diminuir custos e readequar as instalações. Houve um aumento do número de salas de aula e simplificação dos teatros. Foram modificadas as quadras e reduzidas às atividades culturais, objetivando uma redução de custo em 20%.
- VI. O horário de funcionamento também foi alterado e diminuído, no novo regimento, os horários passaram a ser das 07h00min às 22h00min, aos sábados e domingos da 08h00min às 20h00min.

O pesquisador Reinaldo Tadeu em sua tese de doutorado sobre o tema afirma que:

Com a mudança de governo e a suposta necessidade de alteração, passou se de um regimento com verniz democrático para o autoritarismo real. Enquanto o primeiro contemplava estruturas institucionais que poderiam facilitar o acesso popular ao controle da gestão, o que nunca ocorreu de fato, o segundo regimento nem sequer corre o risco de permitir esse acesso, se constituindo numa aberração autoritária que ainda assim mantém estruturas supostamente “democráticas”, tal como o conselho gestor e o colegiado de integração, que operam apenas como estruturas de legitimação de falta de proposta educacional, do autoritarismo e até mesmo do desmando. (Pacheco, Reinaldo p. 106, 2009).

Segundo o pesquisador o objetivo de democracia de gestão nunca foi alcançado, ele destaca que mesmo assim, esta parecia ser uma intenção, pois pelo menos estava expressa nos documentos oficiais e com a reforma da gestão subsequente, este objetivo foi totalmente retirado.

Ele vê este ato como um ato de autoritarismo que desvirtua a proposta original, dando outro sentido e traçando uma outra concepção para o projeto, que segundo o autor possuía de forma superficial “com verniz democrático” uma tentativa de gestão com participação popular.

A burocracia parece surgir como um problema apresentado pela população no acesso aos equipamentos das unidades, e a busca por redução de custos operacionais também apresentadas, pelas pesquisadoras da consultoria Idéias, revela que os pedidos da comunidade nem sempre são atendidos, devido a articulação às vezes serem feitas de forma prejudicada, com falta de empenho.

O núcleo de cultura e esporte, é muito solicitado pela comunidade, afirma a pesquisa da consultoria, ela cita a entrevista de uma coordenadora: “como não há verba para contratação, oferecemos o espaço em troca de apresentações”(GROSBAUM, CARVALHO, 2008 p. s/n). Estes espaços se referem à quadra, teatro e salas de dança.

Outra coordenadora afirma “avalio os pedidos da comunidade e quando tenho cisma com o grupo, procuro assistir os espetáculos antes”, podemos perceber aqui que algumas das diretrizes originais não foram alcançadas como a da capacitação dos profissionais.(GROSBAUM, CARVALHO, 2008 p.s/n) . “O telecentro é muito utilizado e desperta bastante atenção da comunidade, assim como os núcleos de esporte e lazer. As piscinas como constatamos, são muito utilizadas pela população.” (GROSBAUM, CARVALHO,2008 p. s/n)

A interação entre os setores da unidade segundo a pesquisa da consultoria através de entrevistas demonstrou dificuldade entre a relação das unidades escolares, principalmente referentes à EMEF. A dificuldade de comunicação interna é destacada.

Chegou-se a conclusão de que “existem no CEU dois blocos distintos, o da gestão e o da escola, que não interagem entre si”. A consultoria também revelou que “o conselho gestor está esvaziado”.(GROSBAUM, CARVALHO 2008 p.s/n)

Foi observado durante as entrevistas realizadas que: “a lógica do CEU pedia a cultura como atividade integradora... ficou restrita a educação e o espaço ficou meio morto... Não pode haver pensamento único.”.(GROSBAUM, CARVALHO 2008 p.s/n)

Um das dificuldades analisadas, referente à integração com a sociedade relatadas foram “não temos verbas para contratações (...) .Os grupos da periferia ainda não estão preparados, em relação a documentação, para participar de licitações”(GROSBAUM, CARVALHO 2008 p.s/n)

Neste trecho do documento observa-se a burocracia de Estado dificultando a interação Unidade Comunidade local.

O documento segue com a análise e mostra que as pessoas idosas demonstravam satisfação com a gestão da unidade, pois trazia possibilidades que antes eram escassas ou inacessíveis nas regiões, como a hidroginástica, caminhadas, atividades de recreação. Foi mantida grande parte das atividades destinadas a este público pela gestão subsequente.

As principais atividades foram mantidas, como as esportivas, espetáculos de música e teatro, os telecentros e atividades para os idosos, porém em menos intensidade segundo a pesquisa.

Foi diagnosticado também que algumas solicitações não foram atendidas, como os cursos profissionalizantes, e de áreas de interesse da comunidade como cursos de eletricista, manicure, música, entre outros.

De modo geral a consultoria chegou ao entendimento após as entrevista dentro das unidades, com os moradores e ex-funcionários pertencentes à antiga gestão que:

Analisando os depoimentos pode-se verificar que a participação da comunidade está aquém das expectativas e os entrevistados levantam algumas hipóteses para explicar esse fato. Essas explicações, no entanto, divergem quando confrontadas as entidades sociais e os funcionários entrevistados. Há pontos de contato e fica evidente a necessidade de um trabalho que aproxime a comunidade do CEU., trabalho este que exigiria tempo e empenho de toda a equipe. Os espaços (piscinas, teatro, sala de dança etc.) são novos para a essa população, o que pressupõe o desenvolvimento de ações que levem a formação de público para o uso do equipamento oferecido. O mesmo acontece em relação aos procedimentos administrativos, que são muitos e podem estar afastando os potenciais usuários desses bairros tão populosos. É ressaltada também, a necessidade de conhecimento e valorização da produção cultural local, como forma de facilitar e estimular a apropriação do espaço pela comunidade. (Idéias consultoria, 2008, p. s/n)

As unidades estão em funcionamento e o preparo ainda pelo que consta não está sendo suficiente para usar de forma mais efetiva as instalações, alinhando-as ao projeto pedagógico. Sendo que a escola funciona de forma mais autônoma e não possui uma proposta pedagógica diferenciada

A pesquisa da consultoria observou também que há poucas parcerias entre as entidades e empresas, sendo que esta parceria no passado acontecia de forma mais intensa, a pesquisa é referente às unidades localizada na zona Leste de S.Paulo Sendo estas:

Os CEU CURUÇA , CEU SÃO CARLOS e o CEU ÁGUA AZUL no bairro cidade Tiradentes, este construído na atual gestão é destacado na pesquisa, que não são adequadas generalizações para toda a rede, e o estudo de caso refere se apenas a estas unidades.

Sendo assim nas considerações finais do estudo afirma-se que:

Os CEUs localizados na região de São Miguel Paulista, oferecem uma contribuição importante para a melhoria da qualidade de vida dos moradores dos bairros onde estão inseridos(...) Os CEUs visitados desenvolvem várias ações e, com isso oferecem novas possibilidades de socialização(...) a programação desenvolvida nos CEUs é muito reduzida a capacidade de oferta das ONGs e seus oficinas, ou dos voluntários(...) A alteração do quadro funcional do CEU, vinculando todos a secretaria de educação, trouxe como consequência um fechamento(...) A necessidade de instituir uma organização mais eficiente gerou formalismos administrativos, aos quais a população da periferia não está acostumada(...) O CEU não se configura como “um espaço de inovações educacionais”(...) A verba de manutenção controlada pelo gestor está vinculada a poucos itens, impedindo, muitas vezes, o gasto com aquilo que é realmente necessário(...) Há necessidade de buscar parcerias em níveis que extrapolam a esfera de atuação do gestor(...) É preciso abrir espaços de discussão e reflexão sobre como estimular o protagonismo em jovens e adultos(...) (Idéias, abril, 2008 p.s/n destaque no original)

Ao realizarmos nossa pesquisa fizemos uma visita técnica à unidade CEU PERUS, onde foi possível realizar algumas entrevistas informais com funcionários e pessoas da comunidade local.

Constatamos que a unidade encontra-se em bom estado de conservação necessitando de manutenção em alguns setores, mas de modo geral está conservada. Foram notadas algumas depredações na área do *playground* e algumas pichações.

Moradores da região dizem que a área de lazer onde há uma espécie de praça não está mais tão bem cuidada, e havia um maior respeito pela organização do espaço pelos usuários.

O teatro já não conta com a frequência de espetáculos e com a qualidade, segundo um morador “tinha que chegar cedo para assistir as peças”.

Os moradores da região destacam que o ensino é bom. Uma mãe de aluno disse “O CEU é a que mais tem aulas, e que menos falta professor”.

Ao questionar se o CEU trouxe benefícios de um modo geral para a região, a resposta foi que sim, o comércio se intensificou, o policiamento foi intensificado e a unidade se tornou um local de referência para a região.

Um morador destacou a crítica recorrente ao CEU, “poderia ter sido feito no mínimo três escolas pequenas, com esse dinheiro, e a manutenção como fica?”.

Alguns professores disseram que o CEU trouxe para a região benefícios culturais e valores educacionais jamais vistos na periferia, e que hoje o CEU se encontra operando no vermelho “falta incentivo para os professores”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho de pesquisa podemos notar que certas considerações empíricas devem ser mais bem trabalhadas e seguir, uma linha de maior estudo de material para chegar ao objetivo, que é responder a questões levantadas cotidianamente.

Avaliar o que é bom ou ruim o que tem melhor qualidade ou não, é uma tarefa que exige empenho e preparo. Afirmações ou considerações vêm após a reunião de elementos suficientes para dar um mínimo de embasamento teórico, para alcançar tal objetivo.

A pesquisa confirma ou leva o pesquisador ao desenvolver o trabalho, a rumos diferentes do que inicialmente havia planejado, ajuda a construir, reafirmar ou mudar conceitos. Com certeza contribui para melhor, o que pode ser nomeado como olhar crítico sobre os assuntos de interesse coletivos e pessoais.

Observamos também que quanto mais pesquisamos mais materiais surgem para serem pesquisados, tornando um pouco complexo conseguir sintetizar e manter uma vertente capaz de gerar uma linha específica de trabalho. Neste momento se observa a importância de utilizar um método de pesquisa que sirva de norteador do trabalho.

O campo das possibilidades se abre de forma ampla e nos vemos diante de uma questão a ser resolvida, sempre queremos agregar mais uma informação, porém podemos acabar generalizando demais o tema alongando-os demais. Por outro lado há a preocupação de também não esvaziá-lo deixando muito superficial.

A pesquisa sobre política educacional procurava responder a uma questão chave sobre como construir uma educação realmente de qualidade e que seja capaz de mudar certos paradigmas. O CEU sempre nos chamou atenção pelo que ele propunha. Educação de qualidade e interação social, e queríamos saber o que é o CEU se ele atende estes anseios.

Com o desenvolvimento da pesquisa observamos que tais propostas, com o mesmo direcionamento, já haviam sido colocados em prática, como a Escola Parque, e os CIEPs. Pelo que podemos notar eram boas propostas, porém efetivamente não alcançaram o resultado almejado.

Analisamos a experiência do CIEPs no Rio de Janeiro, porém, não nos aprofundamos neste tema, mas pelo que superficialmente entendemos não chegou a ser uma diferenciação

para a qualidade de ensino e foram colocados como apenas uma escola da rede de grande porte, “os Brizolões”, em alusão ao governante que as construiu.

A proposta do CEU trazia um grande potencial de desenvolvimento. Como podemos averiguar, era ousado em seu entendimento de integração social. Foram construídos em áreas realmente desprovidas de acesso a serviços básicos e de qualidade.

Suas instalações realmente são imponentes e, é muito válida a presença do Estado, desta forma, disponibilizando infra-estrutura deste gênero à região, mas apenas o prédio por si não basta. A sua utilização parece ser o que realmente seria capaz de melhorar as condições educacionais e sociais de seu entorno.

As críticas analisadas referentes ao seu alto custo, refletem a idealização de eficiência. O que vem a ser esta idéia? Por ser caro não é eficiente? Esta é uma questão a ser trabalhada esta relação do que é caro ou barato. Os argumentos de que seria possível construir mais unidades escolares é também válido.

Porém acaba sendo uma contradição, se o problema da educação é físico, ou seja, basta construir escolas, ao nosso entendimento seria fácil de resolver, edificar-se-iam escolas suficientes para zerar o déficit e estaria solucionado o problema da educação.

A proposta analisada queria ir além, buscava ser um pólo de desenvolvimento social, almejava ser um ponto de referência da presença do poder público, capaz de trazer novas soluções para velhos problemas, como a falta de incentivos culturais a quem não pode pagar por eles.

Freqüentar um parque provido de brinquedos com as crianças, praticar esportes, freqüentar aulas de hidroginástica, assistir a uma peça de teatro ou ir ao cinema é fácil, desde que você tenha acesso a eles, o que não ocorre com frequência na periferia das grandes cidades como São Paulo.

Entendemos que fatores como este integrado a uma área educacional seja capaz de minimizar problemas, não temos a utopia de achar que a educação resolve todos os problemas da sociedade, sabemos que existem diversos fatores, que vão muito além dela, mas não podemos cair no pessimismo como cita Paulo Freire.

A educação de qualidade não está dentro de prédios bonitos e arrumados, a educação não está apenas restrita, dentro de uma escola de maneira formal. A educação de qualidade está dentro da sociedade como um todo e é construída no dia-a-dia.

Podemos concluir que se o seu dia-a-dia é cercado apenas de abandono e você não vê a presença de algo que possa servir de incentivo, como a oportunidade de se qualificar profissionalmente ou apenas ter o direito a lazer e saúde, você no mínimo estará em desvantagem social.

Analisando este contexto as Unidades de Ensino Unificado seriam uma boa proposta de combate à desigualdade social. Dar acesso de forma material e intelectual de oportunidades à população, seria um ponto de início. Os resultados não são possíveis de saber, mas acreditamos não ser cara esta tentativa.

Chegamos a um entendimento que com o CEU não foi atingido na prática os preceitos de sua idealização, analisando os documentos que tivemos acesso e através de nossa, mesmo que restrita, pesquisa de campo, concluímos que:

- não foram colocados em prática os objetivos;
- houve uma desvirtualização do projeto pedagógico e regimental.

O fato de ele contar com três secretarias distintas parecia ser um dos fundamentos para que atingisse as metas a que se propôs, de ser um pólo de integração social. Neste quesito ele aparentemente falhou, passando a fazer parte apenas da Secretaria de Ensino da cidade de São Paulo.

A ideia que acabou sendo difundida é a de ser uma escola que tem piscina para a população e algumas instalações que eventualmente são usadas, ou seja, acabou entrando na ideia combatida de que o CEU é um escolão.

As atividades teatrais eram responsabilidade da secretaria de cultura, que no nosso entendimento é mais apta a captar recursos e desenvolver atividades para o setor do que apenas a da educação. O ideal seria a interação destes setores para desenvolver as atividades.

Assim como, a Secretaria de Esporte é mais capacitada para desenvolver atividades esportivas do que a de Educação apenas.

A aparente burocracia estabelecida criou uma dificuldade de interação do uso dos espaços pela comunidade. A capacitação era levantada como um ponto de sucesso das unidades, mas essa capacitação profissional pelo que podemos analisar não foi colocada em prática de forma efetiva.

Em nossa concepção, a gestão que assumiu o comando dos CEUs, não seguiram as diretrizes norteadoras do projeto e, ele incorporou-se a rede de ensino de forma que não explorou as potencialidades das unidades, que deveriam servir de ponto de referência para explorar novas propostas para educação.

Talvez essa não continuidade faça parte de uma cultura política, em que não é dado prosseguimento às iniciativas vindas de outras gestões. O real interesse popular fica em segundo plano, quando há interesses políticos maiores, mas acreditamos que estes são obstáculos transponíveis com o empenho da população local.

Este trabalho pode ser aprofundado através de pesquisa de campo de forma mais efetiva. Um estudo de caso de todas às unidades é possível, porém demandaria um maior tempo. Hoje são 45 unidades em funcionamento sendo que 21 são oriundas da gestão idealizadora do projeto.

Uma possível vertente de pesquisa seria analisar de forma mais complexa o real desenvolvimento social do entorno dessas unidades, quais impactos gerou na sociedade local e se os critérios de construção das unidades posteriores seguiram as diretrizes das 21 iniciais, como a escolha das localidades.

A pesquisa ajudou a compreendermos que: “A educação não se limita a desenvolver a natureza biopsíquica, o “eu” individual do homem. A educação cria um ser novo – o ser social - dando-lhe qualidades físicas, intelectuais e morais”. (OLIVEIRA,-2005, p.12).

BIBLIOGRAFIA

FASANO Edson, (CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO, CONTRAPOSIÇÃO À “PEDAGOGIA DE LATA”) dissertação apresentada pelo autor, como parte do programa de pós graduação para obtenção do título de mestre, 2006 p. 11

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 24 edição: Paz e Terra, 2001, prefacio p.10

GADOTTI, Moacir, Educação com qualidade social: projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) p 4, 9 São Paulo, 2004

GOIS, Chico. Educação é o destaque da gestão Marta. Folha de São Paulo, Cotidiano, São Paulo, 29/12/2003.

GROSBAUM , Marta e Carvalho, Lídia . Os Centros Educacionais Unificados: um estudo de caso em São Miguel Paulista , São Paulo; Idéias Consultoria em Educação, 2008.

OLIVEIRA, Pêrsio . Introdução a sociologia da educação. 3 ed. São Paulo – SP : Atica 2005, Serie educação.

PACHECO, Reinaldo. O Espetáculo da Educação: Os Centros Educacionais Unificados do Município de São Paulo Como Espaços Públicos de Lazer, Dissertação de Doutorado, São Paulo, USP, 2009.

PEREZ, Aparecida, 2007. Cidadania: Cultura, Lazer e Educação para todos, EXPERIENCIAS CEE Participación Educativa p. 130, 133, 136 141..Disponível em www.educacion.es/cesces/revista/n6-perez-mariaaparecida.pdf

PMSP/SME, 2003. Cidade educadora – Educação inclusiva: um sonho possível, São Paulo (Caderno Educação 4)

[s.n.] Governo Marta quase 200 mil fora da Escola, tucano-sp.org. dezembro de 2003. Disponível em <http://www.tucano-sp.org.br/sis/lenoticia.php?id=11&c=11..> Acesso em novembro 2010

SUPLICY, Marta. Minha Vida de Prefeita. Rio de Janeiro – RJ: Agir 2008, p. 48